

ONCOLOGIA: construindo caminhos no direito a saúde

Valéria Ribeiro de Almeida*
Tania Mara da Silva Backschat**

JUSTIFICATIVA

A cicatriz que uma doença como o câncer deixa na vida das pessoas que se vêem envolta a esse problema é muito grande e traz muito sofrimento a todos, porém muito disso pode ser diminuído se houver um atendimento, com a intervenção pautada no apoio, esclarecimentos plausíveis e que possam minimizar a dor. Como enfatiza a Fundap (2012, p. 28) “Os efeitos secundários da doença e os decorrentes de seu tratamento, como depressão, ansiedade, menopausa precoce, osteoporose, fadiga, demais neoplasias, dentre outros, devem compor o conjunto de cuidados na atenção e assistência aos pacientes”.

Assim, com um atendimento particularizado, familiares e pacientes sentirão que estão sendo assistidos e desta forma encontrarão forças para seguir um tratamento que em sua maioria apresenta-se doloroso e fatigante, uma vez que, mesmo com as unidades de Saúde com maiores recursos tecnológicos, se faz necessário que os usuários sintam-se acolhidos, respeitados para que se estabeleça um vínculo entre ambos, onde conseqüentemente implicará diretamente na aceitação destes às orientações dos profissionais. Cabe ressaltar que a oncologia em seus aspectos gerais precisa ser compreendida, não apenas como uma área da saúde, mas sim como saúde pública, logo, faz-se necessário analisar a diferença existente em ambos os conceitos.

A área da saúde está relacionada aos cuidados e ações realizadas por profissionais com intuito de promover o bem estar físico e mental das pessoas. Como analisa o Ministério da Educação (2000, p. 05)

A área da saúde ocupa-se da produção de cuidados integrais de saúde no âmbito público e privado do sistema de serviços, por meio de ações de apoio ao diagnóstico, educação para a saúde, proteção e prevenção, recuperação e reabilitação e gestão em saúde desempenhadas por profissionais das diferentes subáreas que a compõem.

*Assistente social formada pela Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO.

**Assistente social, docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Unicampo de Campo Mourão, Mestranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina.

Assim, diferentemente da “área da saúde”, um problema de “saúde pública” pode ser compreendido como a prevalência da condição de determinadas doenças, impacto, extensão e também a gravidade e as possibilidades de controle de tais problemas. Desta maneira, define o dicionário de Epidemiologia de (Last ,1988 Apud Costa, Victória 2006 p. 02).

Define saúde pública como um dos esforços organizados pela sociedade para proteger, promover e restaurar a saúde da população. É a combinação de ciências, habilidades e crenças que estão direcionadas para a manutenção e melhoria dos níveis de saúde de todas as pessoas através de ações coletivas ou sociais. Os programas, serviços e instituições envolvidas enfatizam a prevenção das doenças e as necessidades de saúde de toda a população.

Isto posto, pode-se enfatizar que a oncologia deve ser vista como saúde pública, a qual podemos comprovar nos dados alarmantes a cerca deste assunto, como nos diz Guerra, Gallo e Mendonça (2005 p.228) “O câncer é um importante problema de saúde pública em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo responsável por mais de 6 milhões de óbito a cada ano, representando cerca de 12% de todas as causas de morte no mundo”.

Assim, questionamos: Segundo o (INCA) 2009, as neoplasias existentes no Brasil constitui a segunda causa de morte nas pessoas, porque as relações de prevenção são pouco discutidas na saúde e em outras políticas? Como chamar atenção da sociedade para a real necessidade de compreender o que está por trás da atenção oncológica? Qual o posicionamento do Estado ao propor políticas sociais de atendimento às neoplasias existentes?

Tendo em vista que a Oncologia é um problema de saúde pública, e que o câncer é a segunda causa de morte nas pessoas, o referido tema está inserido dentro de um contexto social que se apresenta cada vez mais alarmante. Sendo assim, a realização da pesquisa, parte da necessidade de uma melhor compreensão no que se refere a maneira em que a atenção oncológica se estrutura em meio ao interesse de familiares e pacientes, contrapondo assim a relação com o interesses do Estado.

Como sabemos, ainda é muito limitada a participação da sociedade e até mesmo dos próprios profissionais assistentes sociais no enfoque à contextualização

da relação entre as Políticas de Saúde e seu relacionamento com o Estado, especificamente na atenção oncológica.

Assim, mesmo sabendo que somos amparados com normativas legais, que sustentam todo um leque de possibilidades de direitos, princípios de universalidade e de acesso, ainda assim não é o suficiente. Devemos levar a reflexão crítica da grande importância de um aprofundamento das complexidades das demandas apresentadas nesta política, de forma que possamos adquirir uma melhor percepção do que de fato ocorre no cenário da atenção oncológica. Como enfatiza:

A promoção da saúde se faz por meio da educação, da adoção de estilos de vida saudáveis, do desenvolvimento de aptidões e capacidades individuais, da produção de um ambiente saudável. Está estreitamente vinculada, portanto, à eficácia da sociedade em garantir a implantação de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e ao desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente a realidade e promover a transformação positiva dos fatores determinantes da condição de saúde. (BRASIL, 1997, p. 67)

Desta forma, não ater-se somente ao que se refere à direitos garantidos, mas que de uma maneira efetiva possam fazer valer uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde, ou seja, uma participação assídua dos cidadãos com o objetivo de emancipação e acima de tudo, o respaldo necessário para a promoção da saúde dentro de um contexto coletivo.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre os aspectos relacionados ao acesso da população para atendimento na área oncológica através do Sistema Único de Saúde no município de Campo Mourão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer a legislação vigente e os direitos sociais do paciente com câncer.

Contribuir para uma reflexão crítica da importância de um aprofundamento das complexidades das demandas apresentadas nesta política.

Chamar atenção da sociedade para a real necessidade de compreender o que está por trás da atenção oncológica

Verificar o posicionamento do Estado ao propor políticas sociais de atendimento às neoplasias existentes.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, será realizada a pesquisa bibliográfica, em que segundo Gil (2002 p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Desta forma, possibilitando um levantamento da literatura relevante ao tema proposto, alicerçados em conhecimentos sistematizados e seguros.

Também optou-se pela pesquisa documental, a qual poderá seguir a mesma linha da pesquisa documental, considerando que, na pesquisa bibliográfica as fontes são construídas por materiais impressos, em que pode-se localizá-los em bibliotecas, e na pesquisa documental, as fontes são diversificadas e não possuem a mesma ordem “rigorosa” que consta na pesquisa bibliográfica. Assim, segundo Gil (2001 p. 45-46):

Há de um lado, os documentos de “primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorando, ofícios, boletins, etc. De outro lado há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatório de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Desta maneira, poderemos nos aprofundar da melhor maneira, nossas intenções relacionadas à referida pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAVO, M. I. S.. **Política de Saúde no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde. São Paulo:Cortez; Brasília/DF: OPAS, MS, Ministério da Saúde, 2009. Pg 88- 110.

CARVALHO, C. S. U.. **A necessária atenção à família do paciente Oncológico**- disponível em:

http://www.inca.gov.br/Rbc/n_54/v01/pdf/revisao_7_pag_97a102.pdf>acessado em 16/09/13, às 15 h

COSTA, J. S. D; Victora, C. G.. **O que é “um problema de saúde pública”?** vol.9 n.1. São Paulo: Revista Brasileira de Epidemiologia, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S1415-790. Acessado em: 02/04/2014 às 09:19hrs.

FUNDAP-Fundação do Desenvolvimento administrativo. **Curso de especialização profissional de nível técnico em enfermagem**. Livro do aluno: Oncologia. 272 p. São Paulo, 2012

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2002

GUERRA; M.R, GALLO; C.V.M, MENDONÇA; G.A.S. **Risco de Câncer do Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes**. Revista Brasileira de Cancerologia 2005; 51(3): 227-234 227

Ministério da Educação. **Educação Profissional**. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: Saúde. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acessado em 30/03/2014 às 10:00hrs.

NETTO, J. P. **“Para a crítica da vida cotidiana”**. In NETTO, J. P. e CARVALHO, M. C. B.. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10 edição. São Paulo: Cortez, 2012, pg: 65-93.

CRONOGRAMA

ETAPAS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Revisão bibliográfica										
Elaboração da versão do artigo										
Revisão do texto										
Apresentação final na Jornada Acadêmica de Serviço Social										